

2021

Relatório de Atividades

1º Trimestre



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



Presidência

Conselheiro Dimas Ramalho

Vice-Presidência

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Corregedoria

Conselheiro Renato Martins Costa

Conselheiros

Antonio Roque Citadini

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho

Cristiana de Castro Moraes

Corpo de Auditores

Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Procurador Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE-SP

Procurador Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres

Denis Dela Vedova Gomes

João Carlos Pietropaolo

Luiz Claudio Manfio

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier



SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|----|
| 1. | CORPO DIRETIVO | 12 |
| 2. | DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS: | 19 |
| 2.1 | FÍSICOS: | 19 |
| 2.2 | ELETRÔNICOS: | 20 |
| 2.3 | CONTAS DO GOVERNADOR | 20 |
| 3. | DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS | 21 |
| 3.1 | PELO TRIBUNAL PLENO | 21 |
| 3.2 | PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS | 21 |
| 3.3 | PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES | 21 |
| 3.4 | PELO CORPO DE AUDITORES | 21 |
| 4. | MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC | 22 |
| 5. | PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE | 22 |
| 6. | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL | 22 |
| 6.1. | SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG | 22 |
| 6.1.1. | Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4) | 23 |
| 6.1.2. | Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II | 23 |
| 6.1.2.1. | Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC | 26 |
| 6.1.3. | Assessoria Técnico Jurídica – ATJ | 26 |
| 6.1.4. | Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP | 26 |
| 6.2. | DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | 28 |
| 6.2.1. | Diretoria de Contabilidade e Finanças | 28 |
| 6.2.1.1. | Planejamento e Orçamento | 28 |
| 6.3. | DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 34 |
| 6.4. | GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA | 35 |
| 6.5. | CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP | 37 |
| 6.6. | OUVIDORIA | 38 |
| 6.7. | COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 38 |
| 6.8. | REVISTA DO TCE | 40 |
| 6.9. | ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO | 40 |
| 6.10. | CERIMONIAL | 40 |
| 7. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 40 |
| 8. | ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP | 41 |



LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores) | 19 |
| Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs | 23 |
| Tabela 3 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados | 24 |
| Tabela 4 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados | 24 |
| Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas Correntes | 30 |
| Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas de Capital | 30 |
| Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas Correntes..... | 31 |
| Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas de Capital | 31 |
| Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas Correntes..... | 32 |
| Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas de Capital | 32 |
| Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas Correntes | 33 |
| Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas de Capital..... | 33 |
| Tabela 13 - Atividades da EPCP - 1º Trimestre | 36 |
| Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre..... | 37 |
| Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP | 41 |
| Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG..... | 42 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----------|
| Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 1º Trimestre | 22 |
| Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual | 25 |
| Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal | 25 |

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
Presidente

*Após um difícil e delicado período marcado pela adoção de medidas emergenciais e concentração de esforços voltados à mitigação dos efeitos da Pandemia, o ano de 2022 aponta o início de uma nova etapa, em que ganham relevo as ações de reconstrução social e econômica. Nesse contexto, e **sob as bases de um renovado plano estratégico, apresentado em fevereiro**, terá o TCESP o desafio de monitorar, induzir e impulsionar a execução de políticas públicas, voltadas à atenção social e às deficiências e carências materiais da população.*

*As ações desenvolvidas neste trimestre, como a **realização de uma Fiscalização Ordenada e o lançamento do Painel do Terceiro Setor**, são exemplos de instrumentos que fomentam a transparência e influenciam a atuação do gestor, estimulando-o a aprimorar os serviços prestados à sociedade. E justamente para fortalecer o controle social houve, no período, o estabelecimento de **parceira técnica com a Assembleia Legislativa do Estado**, com o propósito de difundir, via TV ALESP, informações relacionadas ao trabalho desenvolvido pela Corte.*

*Essas e outras iniciativas encontram-se sintetizadas no presente Relatório, elaborado em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, e que reúne as principais atividades desenvolvidas **no decorrer do 1º Trimestre do Exercício de 2022**, sejam relacionadas ao exercício do controle externo, sejam afetas à dinâmica administrativa interna.*



26º CICLO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA FISCALIZAÇÃO - CAAPEFIS

No 1º trimestre, a Corte organizou a **26ª edição do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização**, tradicional evento composto por palestras, painéis, exposições e debates técnicos, e destinado à atualização e constante aprimoramento do Corpo Técnico da Casa. **Mais de 700 servidores participaram dos 3 dias de programação do encontro**, realizado de forma exclusivamente online, em função das medidas adotadas para o controle da pandemia.

As palestras e debates abordaram, dentre outros assuntos, temas ligados ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), ao Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal (IEG-Prev) e ao Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Aos servidores foram ainda prestadas orientações sobre a nova filosofia de fiscalização, centrada no desempenho do gasto público, indo além da auditoria operacional, método que vem ganhando cada mais relevância nas ações de fiscalização da Corte.

GESTÃO ESTRATÉGICA – CICLO 2022 - 2026

Em fevereiro, o Tribunal de Contas do Estado lançou seu novo **Plano Estratégico, relativo ao período de 2022 a 2026**. Fruto de um constante processo de aprimoramento, a estratégica para os próximos cinco anos busca estabelecer uma nova visão de futuro, com diretrizes fundamentadas em valores e crenças que expressam a identidade institucional do Tribunal de Contas neste momento.

O novo Planejamento Estratégico da Corte surgiu de um diagnóstico coletivo que ouviu todos os setores da Instituição, bem como os jurisdicionados, refletindo assim os anseios do público interno e externo.

A gestão estratégica traçada para o ciclo 2022-2026 tem como objetivos promover o desenvolvimento sustentável, fortalecer a transparência e o controle social, contribuir para a melhoria da gestão pública e a prevenção de erros e fraudes. Também são intuitos do plano avançar na efetividade da fiscalização, expandir a atuação preventiva e orientativa, promover a gestão integrada da instituição, redesenhar processos finalísticos, operacionais e de suporte, aperfeiçoar a comunicação institucional e aprimorar as ações de capacitação interna.



Uma das principais inovações presentes no Plano está relacionada à finalidade do Tribunal. O foco do controle externo passa a estar no caráter pedagógico e na avaliação do resultado e desempenho dos gastos públicos, indo além de uma análise centrada em aspectos formais.

Desta forma, o Tribunal decidiu ampliar a sua missão institucional, que passa a ser **“Fiscalizar e orientar, por meio da atuação preventiva e corretiva e da avaliação de atos e resultados, para que os recursos públicos sejam utilizados de maneira adequada e transparente, em benefício da sociedade”**.

Da mesma forma, a visão de futuro da Corte – que retrata as aspirações da instituição ao final do ciclo de planejamento – foi reformulada. **“Posicionar-se como uma instituição em constante evolução, apoiado na excelência do seu quadro de pessoal e no uso intensivo de novos métodos e tecnologias e ser reconhecido como órgão essencial para o aprimoramento da gestão pública”** é o novo norte estabelecido para os próximos anos.

O trabalho de construção do Plano Estratégico 2022-2026 foi iniciado em setembro do último ano e entregue em fevereiro de 2022 a esta Presidência, pela comissão de servidores responsáveis por sua elaboração, que contou com o apoio da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.



Utilize o QR CODE ao lado para obter maiores informações sobre o Planejamento Estratégico do TCESP.



ACORDOS DE COOPERAÇÃO – CETESB E USP

Também no trimestre, a Corte formalizou acordos de cooperação com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e a Universidade de São Paulo (USP), com o objetivo de promover atividades conjuntas entre os partícipes, abrangendo, inclusive, ações de capacitação e treinamento.

O acordo firmado com a CETESB prevê o intercâmbio na área de Educação à distância ou presencial, bem como a organização e oferta de cursos de graduação, especializações, mestrados, doutorados, pós-doutorados, além de conferências, seminários de estudos e treinamentos.

Já o acordo estabelecido com a Universidade de São Paulo tem por objeto a conjugação de esforços para a elaboração e execução de diferentes tipos de projetos e iniciativas que permitam o avanço das discussões, debates, transferência de conhecimento e ações colaborativas para a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo e em seus municípios, nos termos da agenda do Programa Cidades do Pacto Global da ONU e conforme as atribuições do TCESP.

ACORDO COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO - ALESP

No mesmo mês, o Tribunal estabeleceu **parceria técnica na área da comunicação com a Assembleia Legislativa do Estado**, com o propósito de difundir informações relacionadas ao trabalho desenvolvido pela Corte, por meio de produções audiovisuais e programas jornalísticos e educativos.



Com validade de 60 (sessenta) meses, o acordo formalizado **não terá custos aos cofres públicos** e prevê - entre o Parlamento Paulista e o Tribunal - a ampliação da produção e da transmissão de conteúdos audiovisuais informativos e com caráter pedagógico. O material será exibido durante a programação da **TV Alesp** com o objetivo de ampliar o alcance do trabalho e conteúdo produzido por ambas as Instituições, fortalecendo ações de orientação aos jurisdicionados, bem como a transparência e a prestação de contas aos cidadãos.



Disponível para a TV aberta digital na Capital e em 16 cidades do Estado de São Paulo, a **Rede Alesp** visa disseminar as atividades parlamentares desenvolvidas na Assembleia Legislativa de SP, sendo o principal canal de comunicação com a sociedade.

A programação do canal inclui a transmissão ao vivo das sessões, das comissões temáticas da Casa, as Frentes Parlamentares, as Comissões Parlamentares de Inquérito e demais atividades institucionais, além de conteúdos gravados em estúdio. Nos municípios que ainda não possuem sinal aberto digital, a TV Alesp chega via satélite através do Amazonas 3 e nas programadoras de TV a cabo, no canal legislativo estadual.



Utilize o QR CODE ao lado para obter maiores informações sobre como sintonizar a Rede Alesp



POSSE NOVOS SERVIDORES

Também em fevereiro, a Corte realizou, em seu Auditório Nobre, **a cerimônia de posse de candidatos aprovados no concurso público de Agente da Fiscalização e Agente da Fiscalização-Administração.**

Os nove servidores empossados, que ingressaram via concurso público, homologado em 2018, foram nomeados nos termos do artigo 20, inciso 20, da Lei Complementar nº 180/1978.

Na solenidade, que cumpriu todas as exigências e recomendações das autoridades sanitárias para o controle da pandemia, os servidores assinaram o termo de posse e receberam um kit com material informativo e institucional.

Aos novos servidores será oferecido um curso de formação à distância, com o intuito de instruir melhor sobre as atribuições, as competências e a estrutura institucional, além de apresentar os serviços prestados à sociedade, os deveres e direitos dos servidores públicos.



FISCALIZAÇÃO ORDENADA – RESÍDUOS SÓLIDOS

Em março, o Tribunal **conduziu a primeira fiscalização ordenada de 2022, destinada a avaliar como o dinheiro público está sendo empregado no tratamento de resíduos sólidos, serviços de coleta de lixo domiciliar e hospitalar**, além de identificar aterros irregulares usados para a destinação de resíduos da construção civil.

A fiscalização ocorreu, de forma simultânea e sem aviso prévio, **em 247 municípios do interior, do litoral e da Região Metropolitana de São Paulo** e teve ainda como intuito averiguar a realização da coleta seletiva e o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios paulistas, observando aspectos tanto operacionais quanto a coleta e a disposição final dos resíduos.

A ação mobilizou, em campo, **272 Agentes da Fiscalização do TCESP, distribuídos em 20 Unidades Regionais no interior e no litoral do Estado e nas 10 Diretorias de Fiscalização com sede na Capital.**

Preliminarmente, a ação detectou algumas impropriedades e irregularidades. Presença de lixões – lançamento de resíduos sólidos a céu aberto proibido por Lei desde 1981 –, depósito de resíduos da construção civil a céu aberto misturados ao lixo doméstico, descarte irregular em áreas de mananciais, aterros sem portão, valas fora das normas, animais em estado de decomposição junto ao lixo e grande quantidade de urubus nos locais foram alguns dos apontamentos feitos pelos Agentes durante a fiscalização.

Ao longo da vistoria, o TCESP também flagrou catadores nos aterros, inclusive avançando sobre o caminhão de lixo antes de descarregar e fazendo de alojamento/moradia um ônibus abandonado em área de transbordo, sem qualquer tipo de monitoramento pela Prefeitura Municipal.

Todas as informações – fotos, vídeos, dados, principais ocorrências e situações de irregularidade foram transmitidas em tempo real para os Departamentos de Fiscalização e ao Departamento de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas e puderam ser acompanhadas ao vivo pelo portal do TCESP.



Com base nas ações, foi elaborado um relatório gerencial parcial – para divulgação de informações de interesse público – e outro relatório consolidado, com dados segmentados e regionalizados, devidamente encaminhados aos Conselheiros-Relatores dos processos.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Relatório Consolidado da Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos



CICLO DE DEBATES

Ainda no período, a Corte divulgou o calendário oficial de atividades da **26ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**. Em 2022, o evento retornou ao formato presencial, após quase dois anos de realização em modo virtual em decorrência das restrições impostas pela pandemia.

As atividades deste ano, compostas **por 10 encontros regionais**, têm como propósito apresentar o novo modelo de fiscalização da Corte, bem como orientar os gestores públicos sobre temas relacionados à Lei nº 14.143 de 2021, aplicação de recursos, Terceiro Setor, transparência e controle interno, entre outros.

AUDIÊNCIA COM O GOVERNADOR DO ESTADO

Com a finalidade de expor dados e informações sobre o desempenho e os resultados de ações e programas governamentais ao longo do último exercício, o Governador João Doria foi recepcionado pelo Tribunal, em reunião realizada em março.

Durante a reunião, foram tratados assuntos relacionados ao exercício do controle externo pelo Tribunal e aos desafios da gestão pública do Estado, sobretudo durante a pandemia, em setores como Saúde, Educação e Mobilidade Urbana. O Senhor Governador também abordou o desenvolvimento do Estado nos últimos dois anos e as ações efetivadas para captar investimentos e minimizar os impactos da COVID-19 na área econômica. Questões relativas às obras de âmbito estadual – principalmente aquelas ligadas à Linha 6-Laraja do Metrô e ao trecho Norte do Rodoanel Mário Covas – também foram discutidas, com destaque para a importância da fiscalização exercida pelo Tribunal, que disponibiliza informações atualizadas sobre o andamento dos empreendimentos por meio do ‘Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas’.



PROGRAMA CONTROLE EXTERNO

Ainda no trimestre, o TCESP lançou nova ferramenta desenvolvida com o objetivo de difundir para a sociedade – por meio de conteúdo audiovisual - as informações relacionadas às atividades da Casa. Trata-se do **Programa ‘Controle Externo’**, desenvolvido em formato de entrevistas para ocorrer quinzenalmente, com a participação de Conselheiros e de outros profissionais do TCESP, que falarão sobre importantes assuntos do Tribunal para a população.

O conteúdo está disponível nos canais do Tribunal de Contas no Instagram, Facebook e YouTube, em vídeo, e em formato de podcast nas principais plataformas digitais (*Deezer, Spotify, Amazon Music e Apple Podcasts*).



Utilize o QR CODE ao lado para acessar a playlist do programa no canal do TCESP no Youtube.

CONTROLE EXTERNO

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA

O Boletim de Jurisprudência TCESP é uma publicação mensal que reúne as principais decisões proferidas nas Câmaras e no Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O objetivo é divulgar a servidores, jurisdicionados e sociedade em geral os julgados mais significativos do Tribunal, propiciando maior transparência e segurança jurídica.

A partir de 2022, o Boletim passa a correlacionar as decisões selecionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, em consonância com a Agenda 2030 da ONU e com o Plano Estratégico 2022-2026 do TCESP. Adicionalmente, a inclusão de um Índice Alfabético-Remissivo visa sistematizar e facilitar a consulta aos inúmeros assuntos constantes nas edições anteriores do Boletim.

No trimestre, foram publicadas 3 edições do Boletim de Jurisprudência, que podem ser acessadas pelo link abaixo.



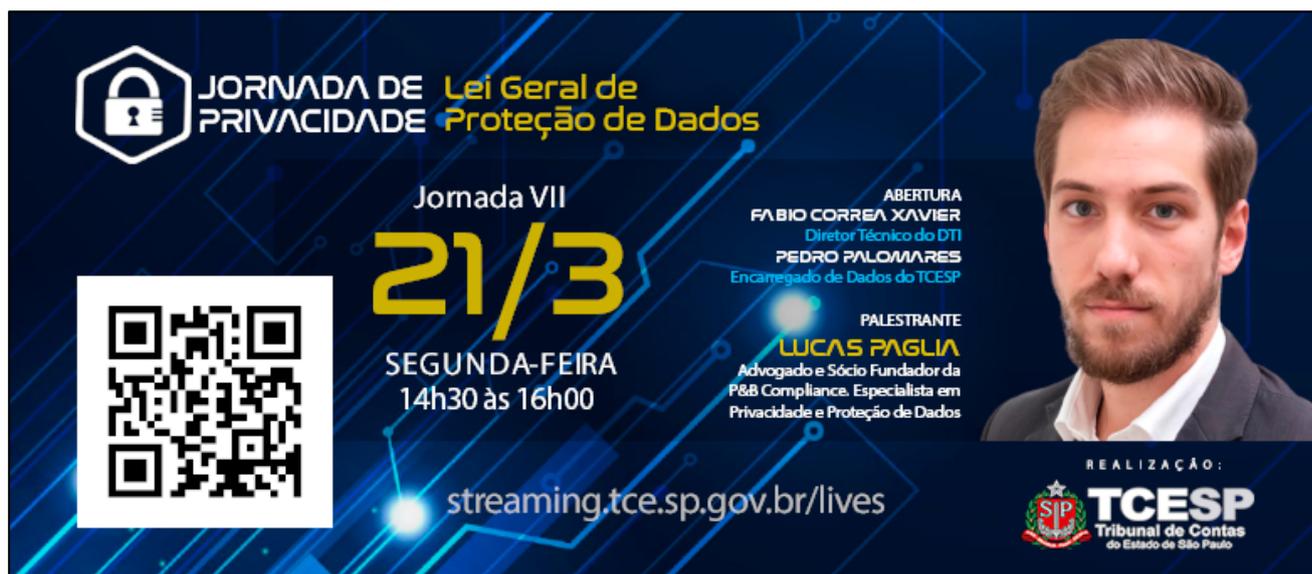
Utilize o QR CODE ao lado para acessar os Boletins de Jurisprudência do TCESP.



TCESP – JORNADA PRIVACIDADE

Para dar continuidade aos debates sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em especial ao impacto causado pela nova legislação no setor público, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou, em março, **a 7ª Jornada de Privacidade**.

O evento teve como convidado o **Advogado e especialista em Privacidade e Proteção de Dados Lucas Paglia**, que conta com vasta experiência em gerenciamento, mitigação e mapeamento de risco e em contratos no ambiente corporativo.



JORNADA DE PRIVACIDADE Lei Geral de Proteção de Dados

Jornada VII
21/3
SEGUNDA-FEIRA
14h30 às 16h00

streaming.tce.sp.gov.br/lives

ABERTURA
FABIO CORREA XAVIER
Diretor Técnico do DTI
PEDRO PALOMARES
Encarregado de Dados do TCESP

PALESTRANTE
LUCAS PAGLIA
Advogado e Sócio Fundador da
P&B Compliance. Especialista em
Privacidade e Proteção de Dados

REALIZAÇÃO:
TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Na oportunidade, o palestrante discorreu sobre o papel do Encarregado de Dados no setor público, as suas responsabilidades, os impedimentos e a atuação na Administração Pública. O debate teve como moderadores o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), Fabio Correa Xavier, e o Encarregado de Dados do TCESP, Pedro Palomares.

PAINEL TERCEIRO SETOR

Com o intuito de apresentar um cenário geral sobre a destinação de recursos públicos para entidades e órgãos que integram o Terceiro Setor, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) **desenvolveu uma plataforma que monitora os valores, os contratos, as entidades e as fontes dos recursos públicos**.

Trata-se do **Painel do Terceiro Setor**, ferramenta de fácil navegabilidade e acesso que exhibe dados colhidos pelo Tribunal junto ao Governo Estadual e aos 644



municípios jurisdicionados (exceto a Capital), segmentando repasses por função de governo e setores; por tipos (*termo de colaboração, convênio, termo de fomento, contrato de gestão, acordo de cooperação, parcerias, e recursos para auxílio/subvenção/contribuições*), além de indicar a fonte dos recursos transferidos (*Administração Direta, Federal ou Estadual*).

Dentre outras funcionalidades, o painel ainda conta com uma segmentação que permite traçar, levando em conta os ajustes e a população atendida, o custo por habitante. A plataforma permite ainda que o interessado faça a busca por município, entidade ou ano, com possibilidade de consulta individual, além de gerar visualização na forma de gráficos e viabilizar o download dos dados por meio de planilhas.

Como exemplo das informações disponibilizadas, o Painel indica que no último triênio, para manter os serviços prestados por **8.426 entidades** que atuam junto ao governo estadual e a administrações municipais, **foram disponibilizados R\$ 82.098.719.127,49**. Nos municípios, dentre as várias modalidades de ajustes, nos últimos três anos, foram **destinados R\$ 43.580.119.750,58** para entidades do Terceiro Setor – uma média de R\$ **1.273,53 por habitante**. Somente em 2021, foram **aplicados R\$ 16.342.098.817,13**.

Segundo dados do Painel, dentre as cinco cidades que mais receberam recursos para a finalidade estão São Bernardo do Campo, Barueri e Guarulhos – todas localizadas na região metropolitana de São Paulo. Campinas e São José dos Campos aparecem na sequência em quarto e quintos lugares entre as municipalidades que mais dedicam recursos para o Terceiro Setor.

No recorte estadual, no período de três anos, o montante destinado para as entidades alcançou **o valor total de R\$ 38.518.599.376,91** – uma média de R\$ 874,66 em repasses por habitante no território paulista.

No Estado, o setor que mais recebeu recursos para esta finalidade foi a Saúde – com 92,37% –, o que representa **um total de R\$ 35.579.229.828,23**. Em segundo lugar, a área da Cultura **consumiu R\$ 1.635.868.961,09** – um percentual de 4,25% do total aplicado pelo Estado no último triênio. As entidades de Assistência Social aparecem na terceira **colocação: R\$ 500.227.685,71** – apenas 1,3% do montante global.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Painel do Terceiro Setor do TCESP.



COMPARTILHAMENTO ORDENADAS - ATRICON

Ainda em março, o TCESP recebeu comitiva de Conselheiros que integram a Diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), para compartilhar a experiência e a tecnologia utilizadas pela Corte na realização das Fiscalizações Ordenadas.



No Auditório 'Ministro Genésio de Almeida Moura', no prédio Sede, na Capital, os Conselheiros tomaram conhecimento de toda a sistemática das Fiscalizações Ordenadas do TCESP. Os trabalhos e resultados das vistorias – **um total de 38 realizadas ao longo de sete anos** – foram apresentados pelo Secretário-Diretor Sérgio Ciquera Rossi; pelos Diretores de Supervisão da Fiscalização, Paulo Massaru Uesugi Sugiura (DSF-I) e Alexandre Carsola (DSF-II); pelo Diretor de Fiscalização, Alexandre Dutra Lopes de Carvalho (DF-4); e pelo Diretor de Tecnologia da Informação, Fabio Xavier. Também participou da reunião o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCESP, Thiago Pinheiro Lima.

O TCESP é o único e exclusivo proprietário da tecnologia '**Solução tecnológica para Fiscalizações Ordenadas**' e a propriedade intelectual é protegida por tratados internacionais, pela Lei nº 6909/98 e pela Lei nº 9610/98, que regulam o Direito Autoral no Brasil.

10 ANOS - MPC

No final de março, foi também organizada a **I Conferência Democracia e Institucionalidade do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)**, evento que marcou os (dez) anos de existência do MPCSP.



Presidente da República entre 2016 e 2018, graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e autor de diversas obras relacionadas às áreas jurídica e política, **Michel Temer proferiu a palestra que deu início às atividades.**

Durante a apresentação, Temer falou sobre a importância dos Tribunais de Contas e defendeu a aplicação rigorosa da Constituição Federal de 1988 para garantir a segurança jurídica e a harmonia. No segundo dia de atividades, ocorreu a **apresentação do tema ‘Cenário Econômico: reformas, ajuste fiscal e retomada do crescimento’**, pelo Secretário do Tesouro Nacional (2016-2018) e Economista-Chefe do Banco BTG Pactual, Mansueto Facundo de Almeida Júnior, e pelo Diretor-Presidente do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Marcos de Barros Lisboa.

As atividades contaram, ainda, com a participação do Professor Titular de Direito Financeiro da FDUSP Fernando Facury Scaff, do Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI) Felipe Scudeler Salto e do Economista André Lara Resende, entre outros especialistas e autoridades renomadas em Direito Econômico, Financeiro e Tributário. O encerramento da conferência ocorreu no dia 1º de abril, com a palestra do Ministro do STF Alexandre de Moraes.

TRIBUNAL DE CONTAS – OUVIDORIA DAS MULHERES

Outra ação de destaque realizada no trimestre foi a implantação da **Ouvidoria das Mulheres**, canal específico para acompanhar questões que envolvem violações dos direitos femininos além de promover ações relacionadas à igualdade de gênero, contribuir para a eliminação da violência, prevenir e combater o assédio.



A Ouvidoria das Mulheres tem o intuito de ser um canal de escuta ativa destinado ao recebimento das demandas de servidoras, estagiárias, colaboradoras e visitantes em ocorrências internas e externas relativas à igualdade de gênero, à participação feminina e à violência contra a mulher no âmbito da Corte de Contas paulista.

Cabe também ao órgão propor, com base nas demandas recebidas, a adoção de iniciativas referentes aos direitos das mulheres, promover a integração com as demais instituições e os órgãos envolvidos na prevenção e no combate à violência.

Compete, ainda, à Ouvidoria das Mulheres sugerir o estabelecimento de parcerias para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo TCESP, encaminhar, com o consentimento da manifestante, as demandas de violência à Comissão de Ética e às autoridades competentes para atuar no caso.

Quando recebidas ou levadas a conhecimento de outra unidade, as demandas deverão ser encaminhadas ao setor para a adoção de providências. Mediante solicitação, a manifestante que seja vítima de violência poderá ser encaminhada à Diretoria de Saúde e Assistência Social (DASAS) para receber atendimento especializado.



A Ouvidoria das Mulheres funcionará como um canal da Ouvidoria do Tribunal de Contas e estará sob responsabilidade de uma servidora indicada pela Presidência. **A implantação do novo canal de atendimento considera a adesão do Tribunal de Contas à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)** – sobretudo ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 – e está em consonância com as atribuições legais e regimentais, em especial as previstas no inciso II do artigo 3º da Lei Orgânica da Corte, bem como as dispostas nas alíneas “a” e “c” do inciso IV do artigo 114 e no artigo 251 do Regimento Interno.



1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2022, tomaram posse para o mandato de um ano o Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente, o Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Vice-Presidente e o Conselheiro Renato Martins Costa, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00m.

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - CORREGEDOR**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30m.

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - PRESIDENTE**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00m.

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Utilize o QR CODE ao lado para obter maiores informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.



2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS:

No 1º trimestre de 2022, foram distribuídos aos julgadores **80** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

| MATÉRIA | Conselheiros | Auditores | Total Geral |
|---|--------------|-----------|-------------|
| ADMISSÃO DE PESSOAL – CONCURSO – PROCESSO SELETIVO | 0 | 3 | 3 |
| APOSENTADORIA | 0 | 3 | 3 |
| APOSENTADORIA – PENSÃO | 0 | 4 | 4 |
| CONTRATO | 10 | 0 | 10 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR ENTIDADE PRIVADA CONVÊNIO | 1 | 0 | 1 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR CONTRATO DE GESTÃO | 0 | 2 | 2 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS CONVENIO | 11 | 0 | 11 |
| RECURSO ORDINÁRIO | 38 | 0 | 38 |
| RESCISÃO DE JULGADO | 3 | 0 | 3 |
| REVISÃO DE JULGADO | 5 | 0 | 5 |
| TOTAL | 68 | 12 | 80 |



2.2 ELETRÔNICOS:

No 1º trimestre de 2022, foram distribuídos **9.177** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

| MATÉRIA | GABINETE | | | | | | | | Total Geral |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|
| | GCARC | GCECR | GCRMC | GCRRM | GCCCM | GCSEB | CA | GP | |
| Ações | 1 | | | 1 | 1 | 2 | | 4 | 9 |
| Adiantamentos | 8 | 9 | 8 | 8 | 7 | 7 | | | 47 |
| Atos de Pessoal | 13 | 38 | 8 | 14 | 18 | 4 | 831 | | 926 |
| Balanço Geral do Exercício | 35 | 21 | 114 | 22 | 20 | 70 | 657 | | 939 |
| Concurso Público | | 1 | | | | 1 | | | 2 |
| Contas de Câmara | 108 | 108 | 107 | 107 | 107 | 107 | | | 644 |
| Contas de Prefeitura | 161 | 167 | 156 | 160 | 173 | 162 | | | 979 |
| Contas do Governador | 5 | | | | | | | | 5 |
| Contratos | 201 | 216 | 243 | 218 | 228 | 261 | 277 | 8 | 1652 |
| Controle de Prazos | 4 | 5 | 3 | 2 | 3 | 4 | 7 | | 28 |
| EPE | 89 | 91 | 91 | 85 | 85 | 89 | | 1 | 531 |
| Expedientes | 76 | 68 | 63 | 65 | 66 | 67 | 34 | 58 | 497 |
| Expedientes do Ministério Público | 29 | 27 | 31 | 22 | 32 | 29 | 33 | 54 | 257 |
| Expedientes do Poder Judiciário | 20 | 12 | 10 | 22 | 23 | 18 | 7 | 10 | 122 |
| Instrução de Representação | | | | | | | | 5 | 5 |
| Recursos | 68 | 90 | 87 | 92 | 91 | 99 | 18 | 19 | 564 |
| Relatório de Fiscalização | 178 | 135 | 169 | 136 | 136 | 125 | | | 879 |
| Repasses Públicos | 116 | 104 | 161 | 127 | 121 | 159 | 131 | 4 | 923 |
| Representação | 10 | 8 | 18 | 16 | 11 | 16 | 46 | | 125 |
| Tomada de Contas - Previdência | | | | | | | 43 | | 43 |
| Total Geral | 1.122 | 1.100 | 1.269 | 1.097 | 1.122 | 1.220 | 2.084 | 163 | 9.177 |

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS 9.257

2.3 CONTAS DO GOVERNADOR

A designação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano sob responsabilidade da Presidência da Corte e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.

Tendo em vista tal critério, **o eminente Conselheiro Antonio Roque Citadini** foi designado para relatar as Contas do Governador do Estado de São Paulo referentes ao exercício de 2022.



3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 1º trimestre do presente exercício, foram realizadas **7 (sete) Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **286 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **418 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **04 Sessões Virtuais** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **7 (sete) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **683 processos**;
- A Segunda Câmara reuniu-se em **7 (sete) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **509 processos**.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 1º trimestre de 2022 foram proferidas **555 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

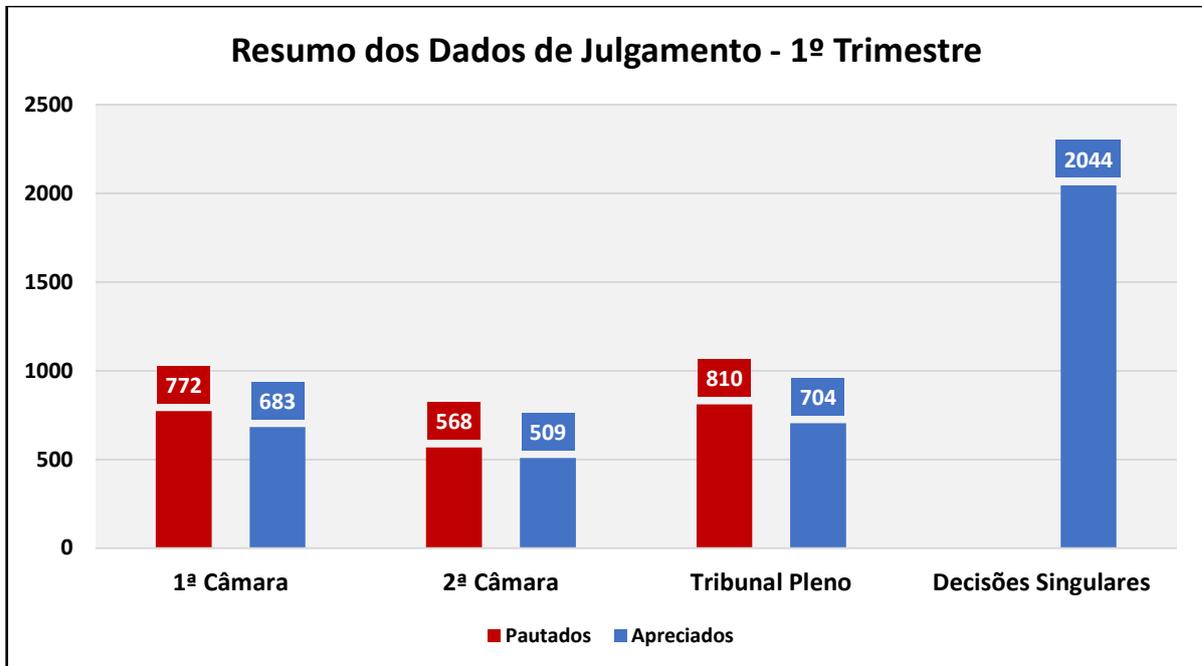
Dentre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No **1º Trimestre de 2022**, **1.489 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores.



O gráfico abaixo sintetiza os processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como aqueles submetidos à decisão singular:

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 1º Trimestre



4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCE/SP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **7.171 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 1º Trimestre de 2022, a P.F.E se manifestou em **1.754 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.539 processos**.



6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.150 processos**, dos quais **264** resultaram em notas taquigráficas.

A Seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **3.044 certidões**.

6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **17.760 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.

| Tipo de Processo | Quantidade |
|-----------------------|------------|
| Processos Físicos | 246 |
| Processos Eletrônicos | 17.514 |



Tais processos instruídos referem-se ao seguinte quantitativo de entes jurisdicionados:

Tabela 3 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados

| FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS | JAN | FEV | MAR | TOTAL |
|------------------------------------|-----------|------------|------------|--------------|
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | - | 1 | - | 1 |
| AUTARQUIA ESTADUAL | - | - | 3 | 3 |
| FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO | - | 1 | - | 1 |
| FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA | - | - | 1 | 1 |
| MINISTÉRIO PÚBLICO | - | 4 | - | 4 |
| SECRETARIA | 1 | 3 | 3 | 7 |
| TRIBUNAL | - | 1 | 1 | 2 |
| UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA | - | 37 | 38 | 75 |
| UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO | - | 1 | 8 | 9 |
| UNIDADE DE SECRETARIA / UGE | 3 | 639 | 220 | 862 |
| ENTIDADE GERENCIADA - OSE | 10 | 3 | 13 | 26 |
| ORGANIZAÇÃO SOCIAL | 2 | 2 | - | 4 |
| ACOMP. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL | 18 | 28 | 23 | 69 |
| Totais | 34 | 720 | 310 | 1.064 |

Tabela 4 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados

| FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS | JAN | FEV | MAR | TOTAL |
|------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL | 87 | 125 | 126 | 338 |
| AUTARQUIA MUNICIPAL | - | - | 26 | 26 |
| CÂMARA MUNICIPAL | - | - | 65 | 65 |
| CONSÓRCIO MUNICIPAL | - | - | 14 | 14 |
| EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL | - | 2 | 2 | 4 |
| FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO | - | - | 1 | 1 |
| FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA | - | 1 | 7 | 8 |
| ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL | - | - | 8 | 8 |
| FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL | - | - | 2 | 2 |
| ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL | 6 | 5 | 6 | 17 |
| ENTIDADE GERENCIADA - OSM | 1 | - | - | 1 |
| ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL | - | 1 | - | 1 |
| PREFEITURA MUNICIPAL | 8 | 6 | 10 | 24 |
| Totais | 102 | 140 | 267 | 509 |



Os processos instruídos eletronicamente, predominantes, apresentam a seguinte segmentação por matéria, tanto na esfera estadual como municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

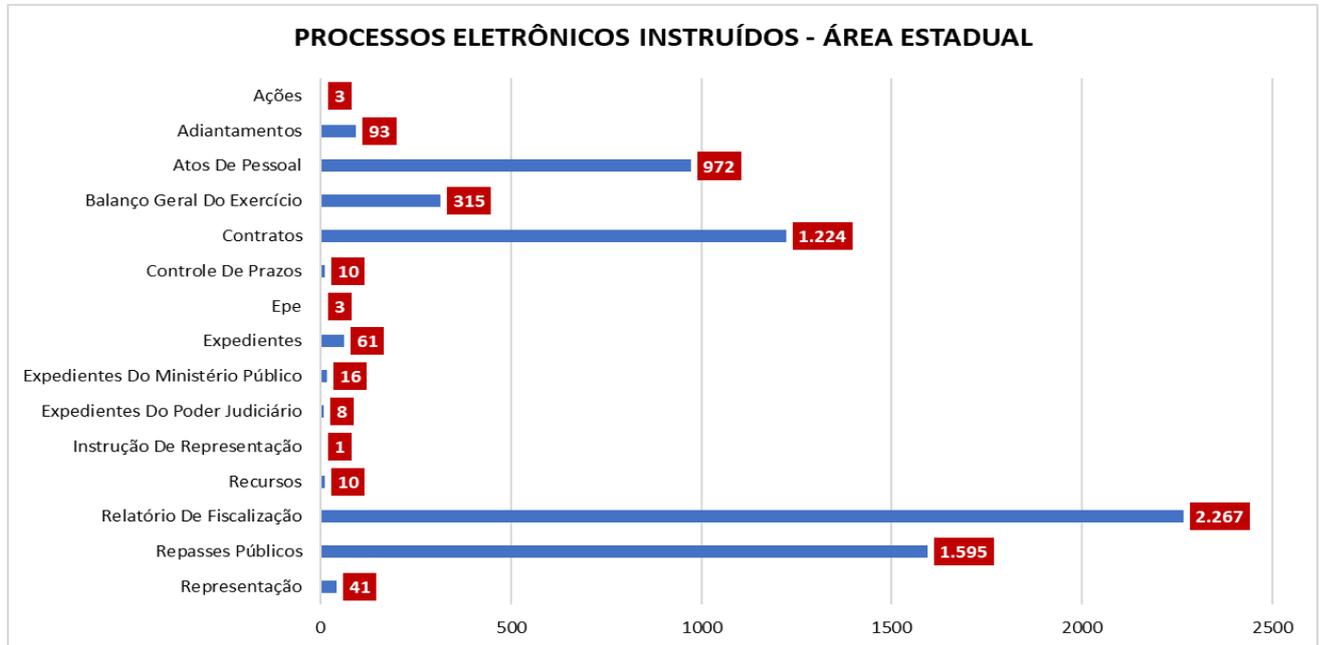
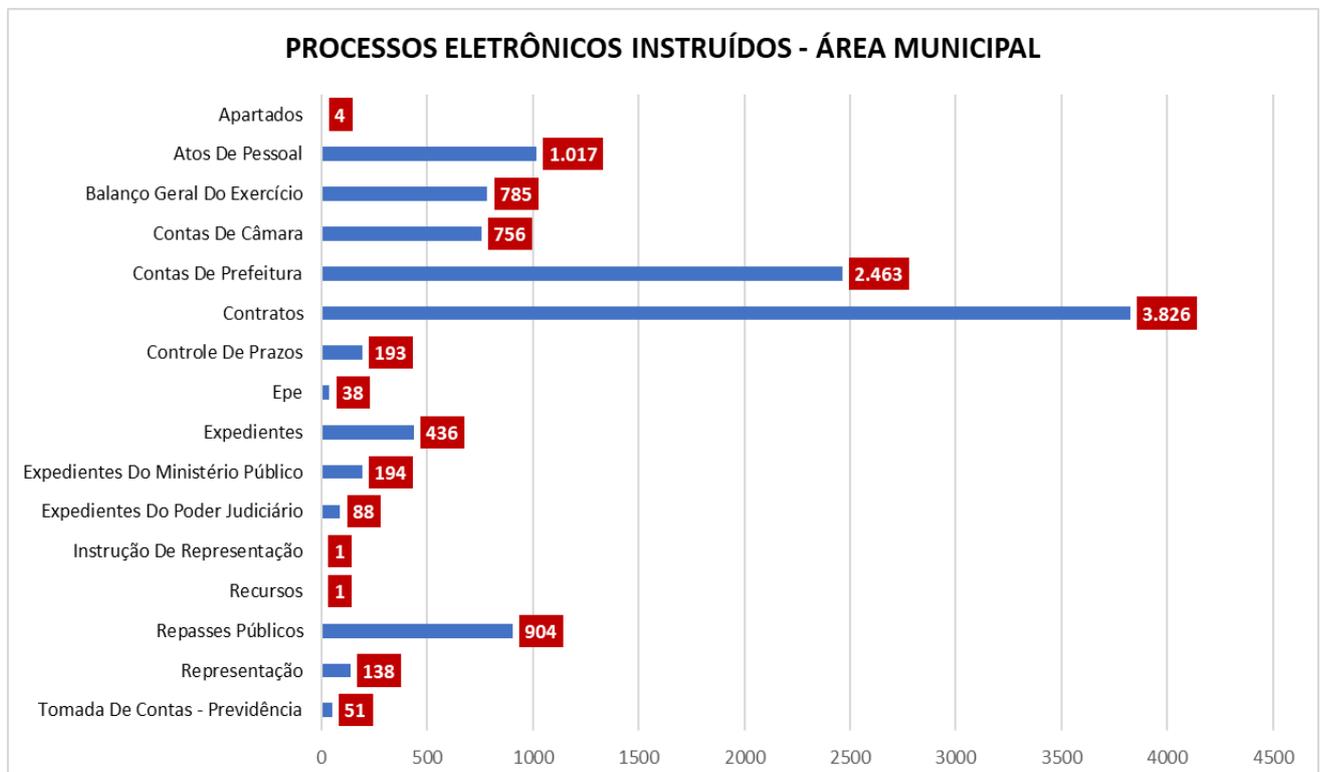


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à Pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.



6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pelas Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **30 novas contratações de obras e serviços de engenharia**, tendo, no mesmo período, instruído **44 processos** da mesma natureza. No fim de março, o Núcleo registrou um total de **562 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **3.951 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No primeiro trimestre de 2022 a Divisão de Auditoria Eletrônica – AudeSP efetuou **1.398 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.



A Divisão, no período, também trabalhou na incorporação de melhorias aos painéis de cruzamento de dados, como o **Projeto Ares**, que contou com a incorporação de novas bases e vínculos. O **Projeto Águila**, que emitirá alertas para subsídio dos trabalhos de fiscalização, também recebeu aperfeiçoamentos, voltados ao aproveitamento de informações obtidas do **Aline Nacional**.

Foram ainda conduzidas atividades relacionadas à coleta de dados do **IEG-M 2021** (ano base 2020) e **IEG-Prev Municipal 2022** (ano base 2021).

Por fim, a Divisão também conduziu, no trimestre, as atividades de desenvolvimento do Sistema Audep, compreendendo o trabalho técnico de alteração sistêmica e reuniões direcionadas à coleta e análise de requisitos.



6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.328 processos**.

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.498, de 29 de dezembro de 2021, que "Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2022" foi elaborado em observância à Lei n.º 17.387, de 22 de Julho de 2021 que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2022". A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$ 1.082.664.409,00**, sendo **R\$ 1.080.085.095,00** para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e **R\$2.579.314,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.387/21), o Decreto N.º 66.436, de 13 de janeiro de 2022, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2022 e a Portaria Conjunta SO-SPOF-1, de 17 de janeiro de 2022.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2022 (Decreto n.º 66.436/2022) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento. **Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento**, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 e 043 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 13.310.413,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias - SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:



1. **Expediente SAO nº 2001/2022-1-0001**, concluído em 14/02/2022, referente à crédito suplementar ao orçamento da Secretaria da Fazenda, com oferecimento de recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado no valor total de **R\$ 238.815,00** à conta da Fonte 1 - Tesouro do Estado com efeitos retroativos a 31 de Janeiro de 2022, no Elemento de Despesa 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica, visando a cobertura de despesas para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional - Creche, conforme Termo de Cooperação Mútua celebrado entre Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, nos termos desse expediente SAO nº 2001/2022-1-00001 (em anexo), apensado no expediente da Secretaria da Fazenda, SAO nº 20007/2022-1-0002.

2. **Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0002**, concluído em 04/02/2022, no valor total de **R\$ 13.549.228,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 e 043 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2022 e 020030-2/2022 de 31/01/2022, ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:
 - a) Conta 33.90.39 no valor Total de **R\$ 2.200.000,00** na seguinte conformidade: Reforma da Unidade Regional de Bauru (UR-02).

 - b) Conta 33.90.40 no valor Total de **R\$ 6.000.000,00** na seguinte conformidade: Aquisição de Next Generation Firewall no valor total de **R\$ 3.913.000,00** (Fonte 043); Aquisição de Inteligência Artificial no valor total de **R\$ 1.500.000,00** (Fonte 043); Aquisição de solução de armazenamento de dados no valor total de **R\$ 587.000,00** (Fonte 043);

 - c) Conta 44.90.52 no valor Total de **R\$ 5.349.228,00** na seguinte conformidade: Aquisição de solução de back-up no valor total de **R\$ 1.900.000,00** (Fonte 043); Aquisição de 800 Tablets ou Smartphones no valor total de **R\$ 1.800.000,00** (Fonte 043); Aquisição de Notebooks no valor total de **R\$ 1.200.000,00** (Fonte 043); Aquisição de aparelhos de TV 86", 70" e 55" e outros materiais no valor total de **R\$ 250.035,00** (Fonte 003); Aquisição de 20 Notebooks, incluindo garantia de 24 meses e outras despesas no valor total de **R\$ 199.193,00** (Fonte 003).

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2022, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.



Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|----------|-------------------|----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Fevereiro | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Março | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Abril | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Maiο | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Junho | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Julho | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Agosto | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Setembro | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Outubro | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Novembro | 78.511.415 | 8.181.726 | 141.379 | - | 8.323.105 | 86.834.520 |
| Dezembro | 116.541.986 | 8.221.314 | 142.075 | - | 8.363.389 | 124.905.375 |
| TOTAL | 980.167.551 | 98.220.300 | 1.697.244 | - | 99.917.544 | 1.080.085.095 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|----------|------------------|----------|------------------|----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | GERAL |
| Janeiro | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Fevereiro | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Março | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Abril | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Maiο | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Junho | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Julho | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Agosto | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Setembro | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Outubro | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Novembro | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.049.374 |
| Dezembro | 0 | 215.920 | - | 215.920 | 125.121.295 |
| TOTAL | 0 | 2.579.314 | - | 2.579.314 | 1.082.664.409 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|---------|--------------------|----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 78.511.415 | 8.172.591 | 141.379 | - | 8.313.970 | 86.825.385 |
| Fevereiro | 78.511.415 | 8.160.846 | 3.641.379 | - | 11.802.225 | 90.313.640 |
| Março | 78.511.415 | 8.160.846 | 1.641.379 | - | 9.802.225 | 88.313.640 |
| Abril | 78.511.415 | 8.160.846 | 1.141.379 | - | 9.302.225 | 87.813.640 |
| Maio | 78.511.415 | 8.160.846 | 641.379 | - | 8.802.225 | 87.313.640 |
| Junho | 78.511.415 | 8.160.846 | 541.379 | - | 8.702.225 | 87.213.640 |
| Julho | 78.511.415 | 8.160.846 | 441.379 | - | 8.602.225 | 87.113.640 |
| Agosto | 78.511.415 | 8.160.846 | 341.379 | - | 8.502.225 | 87.013.640 |
| Setembro | 78.511.415 | 8.160.846 | 341.379 | - | 8.502.225 | 87.013.640 |
| Outubro | 78.511.415 | 8.160.846 | 341.379 | - | 8.502.225 | 87.013.640 |
| Novembro | 78.511.415 | 8.160.846 | 341.379 | - | 8.502.225 | 87.013.640 |
| Dezembro | 116.541.986 | 8.200.434 | 342.075 | - | 8.542.509 | 125.084.495 |
| TOTAL | 980.167.551 | 97.981.485 | 9.897.244 | - | 107.878.729 | 1.088.046.280 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|----------|------------------|---------|------------------|----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | CORRENTE+CAPITAL |
| Janeiro | 0 | 214.854 | - | 214.854 | 87.040.239 |
| Fevereiro | 0 | 3.614.854 | - | 3.614.854 | 93.928.494 |
| Março | 0 | 1.064.854 | - | 1.064.854 | 89.378.494 |
| Abril | 0 | 344.854 | - | 344.854 | 88.158.494 |
| Maio | 0 | 334.854 | - | 334.854 | 87.648.494 |
| Junho | 0 | 334.854 | - | 334.854 | 87.548.494 |
| Julho | 0 | 334.854 | - | 334.854 | 87.448.494 |
| Agosto | 0 | 334.854 | - | 334.854 | 87.348.494 |
| Setembro | 0 | 334.854 | - | 334.854 | 87.348.494 |
| Outubro | 0 | 334.854 | - | 334.854 | 87.348.494 |
| Novembro | 0 | 334.854 | - | 334.854 | 87.348.494 |
| Dezembro | 0 | 345.148 | - | 345.148 | 125.429.643 |
| TOTAL | 0 | 7.928.542 | - | 7.928.542 | 1.095.974.822 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|----------|----------------------|-----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 72.509.862,85 | 24.212.776,33 | 385,56 | - | 24.213.161,89 | 96.723.024,74 |
| Fevereiro | 68.972.124,29 | 13.803.101,02 | 10.378,44 | - | 13.813.479,46 | 82.785.603,75 |
| Março | 72.847.039,31 | 10.111.744,27 | 3.433.932,33 | - | 13.545.676,60 | 86.392.715,91 |
| TOTAL | 214.329.026,45 | 48.127.621,62 | 3.444.696,33 | - | 51.572.317,95 | 265.901.344,90 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|----------|---------------------|----------|---------------------|-----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | GERAL |
| Janeiro | - | 17.600,00 | - | 17.600,00 | 96.740.624,74 |
| Fevereiro | - | 21.747,05 | - | 21.747,05 | 82.807.350,80 |
| Março | - | 2.750.506,32 | - | 2.750.506,32 | 89.143.222,23 |
| TOTAL | - | 2.789.853,37 | - | 2.789.853,37 | 268.691.197,77 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|-----------------------|----------------------|------------------|----------|----------------------|-----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 72.509.862,85 | 3.891.774,75 | - | - | 3.891.774,75 | 76.401.637,60 |
| Fevereiro | 68.789.304,53 | 4.937.374,90 | 10.378,44 | - | 4.947.753,34 | 73.737.057,87 |
| Março | 72.414.977,47 | 6.226.664,78 | 10.767,93 | - | 6.237.432,71 | 78.652.410,18 |
| TOTAL | 213.714.144,85 | 15.055.814,43 | 21.146,37 | - | 15.076.960,80 | 228.791.105,65 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|----------|------------------|----------|------------------|-----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | GERAL |
| Janeiro | - | - | - | - | 76.401.637,60 |
| Fevereiro | - | - | - | - | 73.737.057,87 |
| Março | - | 12.416,50 | - | 12.416,50 | 78.664.826,68 |
| TOTAL | - | 12.416,50 | - | 12.416,50 | 228.803.522,15 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º bimestre, foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 7 de abril de 2022.



6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o Departamento atuou no apoio técnico à **1ª Fiscalização Ordenada de 2022**, que avaliou o tema “**Resíduos Sólidos**”.

Quanto ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, o DTI, no trimestre, incorporou melhorias técnicas ao **Painel VacíVida**, que oferece agora à Fiscalização dados da distribuição de doses e outros elementos coletados por questionários respondidos pelos jurisdicionados, relativos à data-base de 28/02/2022.

Foram também atualizadas as informações disponibilizadas pelo **Mapa das Câmaras**, que conta agora com dados referentes ao exercício de 2021.

Destaca-se também o início de projeto conjunto com a PRODESP para desenvolvimento de soluções de **Data Warehouse e Data Lake**, voltadas aos gerenciamento de dados e informações coletados e gerenciados pelo TCESP.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **3.644 atendimentos telefônicos**, sendo **1.743 para usuários internos e 2.197 para usuários externo**. No período também foram gerados **5.559 chamados de atendimento**, com um total de **5.470 finalizados**.



6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no primeiro trimestre, elaborou **1.300 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo envio de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **57 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **565 ações** em que este Tribunal se situa no polo passivo, e de **20 processos judiciais** em que a Corte atua no polo ativo, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, realizou **108 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de podcasts.

Destacam-se:

- 26º CAAPEFIS (online) - 08 a 10 de fevereiro de 2022 - segunda edição realizada no formato online, cujos processos específicos foram abertos, a saber:
 - DEF-4: Programa de Liderança lançamento em 09/02/22 em painel do CAAPEFIS para a fiscalização e em 11/02/22 para as demais áreas do TCESP. Já foi realizado o módulo de autoconhecimento nos dias 10/03 e 18/03.
 - Diálogos no TCESP: Pela primeira vez apresentado em um CAAPEFIS, foi apresentado em 09/02/22 o tema “Experiências Inspiradoras” em que os próprios servidores dividiram com os colegas experiências marcantes que transformaram suas vidas e agregaram novas competências importantes para a vida profissional. Também foi apresentado o tema Lifelong Learning em 14/03/22.



- DASAS: Foram apresentados os temas Combate às Drogas e Alcoolismo e Longevidade e Qualidade de Vida nos dias 21/02/22 e 17/03/22 respectivamente.
- DTI: Foi dada continuidade na série de lives da Jornada da Privacidade, também foram feitas lives sobre o SEI! 4.0 e suas mudanças.

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou **698** atendimentos presenciais e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 1º Trimestre

| 1º Trimestre - 2022 | Quantidade de Eventos | Número de Participantes |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Reuniões Pedagógicas | 48 | 432 |
| Cursos e Eventos promovidos pela EPCP e/ou outros setores do TCESP | 49 | 23.747 |
| Cursos e Eventos Promovidos por outros Tribunais de Contas/Instituições | 3 | 14 |
| Podcast PodContas | 3 | - |
| Total | 103 | 24.193 |



6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte.

No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

| | Descrição | Jan | Fev | Mar | Total |
|--|--|-----|-----|-----|-------|
| Atendimentos | Telefone | 253 | 348 | 382 | 983 |
| | Fale Conosco | 416 | 563 | 581 | 1560 |
| | “Web” | 215 | 217 | 242 | 674 |
| | “Phone” | 1 | 6 | 4 | 11 |
| | E-mail | 2 | 6 | 22 | 30 |
| | Outros | 198 | 334 | 313 | 845 |
| Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos | | 127 | 170 | 242 | 299 |
| Envio de e-mails (Comunicados) | | 350 | 118 | 169 | 136 |
| Cadastros | Advogados | 104 | 153 | 163 | 420 |
| | Partes | 271 | 546 | 450 | 1267 |
| | Órgãos | 10 | 20 | 25 | 55 |
| | Participação PILOTO ¹ | 1 | 3 | 1 | 5 |
| | Processos Cadastrados PILOTO | 3 | 5 | 0 | 8 |
| | Liberação do PILOTO para Produção | 3 | 2 | 0 | 5 |

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se melhorias incorporadas ao módulo de consulta RADAR e-TCESP, com implementação de novos dashboards (Visão Geral e Produtividade), além de ajustes nas consultas já existentes.

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

6.6. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.768 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, processou **40 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Portal WEB



Ouvidoria

321
Solicitações

WhatsApp



173
Solicitações

Presencial



1
Solicitações

0800



25
Solicitações

e-SIC



40
Solicitações

Registre-se ainda o total de **1.642 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 1º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **112 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **57 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado;
- **11 edições** da Newsletter “Notícias do Plenário”, com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



A página registra 14.896 curtidas de página e 18.569 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook em 2013.



Totaliza 8.961 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter) e 4.932 seguidores.



Registra 6.652 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube em 2013, além de 449.508 visualizações.



15.732 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr em 2015.



São 1.411 publicações desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram em 2016, com 5.040 seguidores.



6.8. REVISTA DO TCE

Encontra-se em elaboração a **Edição nº 149** da Revista do TCE, que abordará os principais fatos e acontecimentos referentes a atuação institucional da Corte. **Sob coordenação do Conselheiro Vice-Presidente, Sidney Estanislau Beraldo**, a Revista do TCESP trará ainda a publicação de artigos produzidos por servidores da Casa, além da íntegra de votos que foram objeto de destaque durante as sessões de julgamento.

6.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP. No 1º trimestre de 2022 o Cerimonial se fez presente em **7 eventos**.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **1º Trimestre de 2022**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

DIMAS RAMALHO
PRESIDENTE



8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCE-SP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP

| COMUNICADOS GP | | | |
|----------------|------------|---|------------|
| Área | Comunicado | Título | D.O.E. |
| GP | 08/2022 | Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno-Resolução nº 01/2017 | 24/03/2022 |
| GP | 07/2022 | Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Resolução nº 01/2017 | 17/03/2022 |
| GP | 06/2022 | Listas de Exames Prévios de Editais | 10/03/2022 |
| GP | 05/2022 | Comunica que o 26º Ciclo de Debates com Agentes e Políticos Municipais será realizado no período de 24 de março a 30 de junho | 05/03/2022 |
| GP | 04/2022 | Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno-Resolução nº 1/2017 - Sessão de 23/02/2022 | 24/02/2022 |
| GP | 03/2022 | Listas de Exames Prévios de Editais submetidas ao Tribunal Pleno – Resolução nº 01/2017 - sessão de 16/02/2022 | 17/02/2022 |
| GP | 02/2022 | Listas de Exames Prévios de Editais submetidas ao Tribunal Pleno – Resolução nº 01/2017 - sessão de 09/02/2022 | 10/02/2022 |
| GP | 01/2022 | Lista de exames prévios de editais submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 02 de fevereiro de 2022 | 02/02/2022 |



Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG

| COMUNICADOS SDG | | | |
|-----------------|------------|--|------------|
| Área | Comunicado | Título | D.O.E. |
| SDG | 06/2022 | Torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios | 04/03/2022 |
| SDG | 05/2022 | Comunica a Relação de Órgãos ou Entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios | 02/02/2022 |
| SDG | 04/2022 | Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras | 02/02/2022 |
| SDG | 05/2022 | Relação de entidades proibidas de novos recebimentos e repasses | 02/02/2022 |
| SDG | 03/2022 | Valor atualizado de remessa para a Corte de Contas Paulista | 12/01/2022 |
| SDG | 02/2022 | Questionário – Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Inadimplentes | 11/01/2022 |
| SDG | 01/2022 | Relação de entidades impedidas de novos recebimentos e repasses | 11/01/2022 |



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo